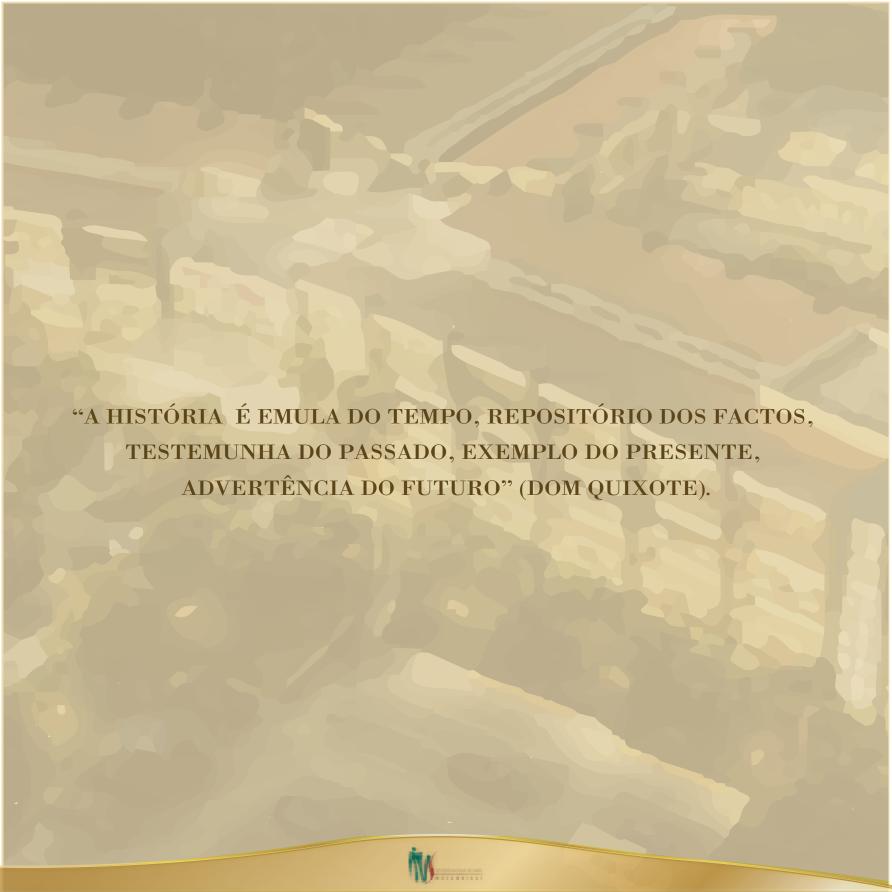


CRIAÇÃO E CRESCIMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE: UMA ANÁLISE AO LONGO DO TEMPO, 1955 – 2017

EDIÇÃO ALUSIVA À INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO INS



ÍNDICE____

Abreviaturas	
Apresentação	
Introdução	
Metodologia	
Antecedentes do surgimento do Instituto Nacional de Saúde	
Instituto Nacional de Saúde: do período de transição aos primeiros anos da independência	
O Instituto Nacional de Saúde na década de 80: os primeiros passos	1
Dos finais da década 80 ao ano 2000: período de edificação	1
Dos anos 2000 até a actualidade: Período de transição para um Instituto de Saúde Pública abrangente	1
Considerações finais	2
Notas	2
Bibliografia	2
APÊNDICE A- A memória: um debate	2
APÊNDICE B- Cronologia dos Directores do INS, de 1975 até 2018	2

ABREVIATURA

INS- Instituto Nacional de Saúde.

DNMP- Direcção Nacional de Medicina Preventiva.

BNS- Biblioteca Nacional de Saúde.

RCM- Revista de Ciências Médicas.

IIU- Instituto de Investigação do Ultramar.

IPSP- Instituto Provincial de Saúde Pública.

INSP- Instituto Nacional de Saúde Pública.

OMS- Organização Mundial da Saúde.

IIMM- Instituto de Investigação Médica de Moçambique.

TDR- Tropical Disease Research.

<u>APRESENTAÇÃO</u>

É com muito prazer que apresentamos esta brochura sobre aspectos históricos do Instituto Nacional de Saúde (INS), desde o período pré-independência até à actualidade. A geração desta brochura faz parte de uma iniciativa do INS para recuperar e registar a memória institucional. Neste contexto, a presente constitui a primeira publicação, estando outras, de maior dimensão ou de natureza mais específica, em processo de produção.

Esta brochura relata de uma forma simples os diferentes períodos de desenvolvimento da instituição desde 1955 até 2017, a evolução dos objectivos institucionais, assim como o progresso na contextualização sócio-política da instituição.

Apesar das alterações profundas no contexto político nacional e global no período estudado, esta breve análise indica que o INS e as suas instituições precursoras foram desde o início caracterizadas pelas suas bases científicas e pelo desempenho de funções estratégias ao nível do Aparelho de Estado. Estes constituem dois dos mais importantes atributos dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, e têm servido de alicerces para a consolidação do INS como um Instituto Nacional de Saúde Pública cada vez mais abrangente.

Esperamos que esta brochura sirva para catalisar o interesse sobre os aspectos históricos do Sistema de Saúde em Moçambique, incluindo sobre o desenvolvimento do INS, a evolução das instituições de saúde pública e o progresso da investigação em saúde.

Boa leitura!

llesh Jani Director-Geral Instituto Nacional de Saúde

INTRODUÇÃO_

Este trabalho insere-se no projecto de criação de um Centro de História e de Memória do Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique e analisa o processo de criação, a trajetória do INS e os principais marcos na sua História.

Desde o tempo colonial existiram em Moçambique instituições de pesquisa em saúde que ao longo do tempo evoluiram de acordo com a conjuntura social, política e económica. Neste contexto, em 1975 surgiu no País o Instituto Nacional de Saúde (INS), uma instituição de pesquisa em Saúde que ficou sob égide do então Ministério da Saúde e Acção Social e integrado na Direcção Nacional de Medicina Preventiva (DNMP).

A falta de informação sistematizada sobre o INS tornou-se o principal motivo do desenvolvimento deste trabalho. Portanto, com a escrita deste documento sobre o INS pretende-se preservar a memória desta instituição. A escassez de fontes escritas sobre o INS no período pós-indepedência abriu um espaço para o uso das fontes orais, de modo a resgatar e retratar as realidades e as vivências da instituição no tempo.

Para melhor gestão da informação e sua análise, este trabalho foi delimitado de 1955 à 2017. A opção por 1955 deveu-se ao facto de ter sido o ano da criação do Instituto de Investigação Médica de Moçambique (IIMM). O ano de 2017, julga-se pertinente como baliza superior na medida em que constitui o ano em que se aprovou e se publicou o decreto da redefinição do INS.

METODOLOGIA

Este trabalho enquadra-se no projecto de Criação de Memória do INS. Foi previlegiado o método histórico que consistiu na análise dos acontecimentos e processos do passado do INS. A técnica de recolha de dados consistiu na pesquisa documental nos arquivos (da universidade Eduardo Mondlane e em arquivos pessoais) e na Biblioteca Nacional de Saúde (BNS), onde foram alvo de análise os documentos escritos, publicados e não publicados ou oficiais. Administrou-se entrevistas com os antigos dirigentes do sector saúde, antigos directores e colaboradores do INS e por fim, fez-se a análise de conteúdo desta informação.

ANTECEDENTES DO SURGIMENTO DO INS

Questões ligadas à saúde são estudadas em África desde o princípio do século XX (síntese monográfica de Moçambique, 1971¹, p. 26). Nessa altura já se faziam estudos relacionados à erradicação de várias doenças que afligiam os "colonos" em África, a título de exemplo, a Malária e a resistência do mosquito transmissor, o Anopheles (Serra, 2003). Em Angola já existia na década de 1940 a Missão de Prospecção de Endemias (Franciso Cambornac).

A criação de instituições de pesquisa na colónia de Moçambique, é datada do fim da primeira metade do século XX (Zimba, se. p.79). À luz do decreto nº 40078 de 7 de Março, foi criado em 1955, o Instituto de Investigação Médica de Moçambique (IIMM)². Todavia, este instituto só foi regulamentado em 1958 através do decreto nº 41536 de 3 de Fevereiro do mesmo ano e esteve sobremaneira, subordinado ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa (decreto 509/70 de 29 de Outubro), sendo que, as suas actividades eram com base no disposto na base XXXVI, nº III da lei orgânica do Ultramar português (Boletim Geral da Ultramar, 1958, p. 163).

O IIMM³ tinha como objectivo principal realizar pesquisas na área de doenças tropicais, com a finalidade de melhorar as condições sanitárias dos portugueses que se encontravam na província de Moçambique (Zimba, p. 81). Embora não tenhamos informações sobre a sua periodicidade, o IIMM foi responsável pela edição da Revista de Ciências Médicas (RCM) que publicava trabalhos de pesquisa realizados na área de saúde em Moçambique.

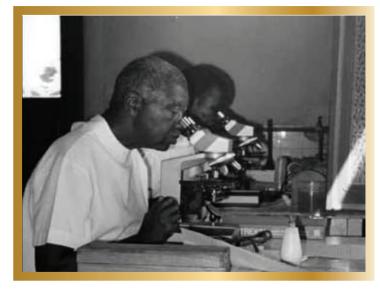


Imagem Ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

Para além da revista, outro trabalho desenvolvido pelo IIMM foi intitulado de "Memórias do Instituto de Investigação Médica de Moçambique" e foi editado pelo Instituto de Investigação da Ultramar (IIU) (Zimba, H:81).

Com vista a adequar o instituto à nova conjuntura social, económica e política, em 1970, o então IIMM passou a ser denominado por Instituto Provincial de Saúde Pública (IPSP) ⁴. Esta mudança deveu-se ao facto do regulamento que regia o então IIMM já não se adequar à nova realidade da colónia.



imagem ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE: DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO AOS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA

Em 1974, com vista a garantir a unidade e coerência da reestruturação dos serviços centrais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, o Governo de Transição decretou a mudança de designação, do IPSP (criado pelo Decreto-Lei nº 509/70 de 29 de Outubro) para Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) e foi considerado órgão central do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais⁵ (Decreto-Lei nº 29/74, p.28).

No entanto, um ano depois, através da Portaria nº 41/75 de 30 de Agosto, o então INSP passou a designar-se por Instituto Nacional de Saúde (INS) e foi integrado na Direcção Nacional de Medicina Preventiva (DNMP) do Ministério da Saúde (MISAU).

Decreto-Lei n.º 29/74 de 19 de Dezembro

Em complemento do Decreto-Lei n.º 17/74, de 21 de Novembro, e com vista a garantir a unidade e cocrência da reestruturação dos serviços centrais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais;

O Governo de Transição decreta:

Artigo 1º O disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei nº 17/74, de 21 de Novembro, aplica-se igualmente a todos os órgãos centrais do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais já criados.

Art. 2° Os directores-gerais são classificados no grupo da letra D a que se refere o § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Luncionalismo Ultramarino.

Art 3 O Instituto Provincial de Saúde Pública passa a denominar-se Instituto Nacional de Saúde Pública e é considerado orgão central do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais

Art 4.º Fica extinta a Comissão Provincial de Assistência Pública, cujos direitos e obrigações transitam para a Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, a qual absorverá as funções da Comissão Provincial, nos termos que sejam determinados de acordo com a estruturação do Ministério.

Art. 5.º O pessoal da Assistência Pública transita para a Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, com todos os seus direitos.

Art. 6.º A Direcção-Geral dos Assuntos Sociais goza de autonomia administrativa e financeira.

Promulgado em 17 de Dezembro de 1974.

Publique-se.

Entretanto, embora existisse informação referente a mudança de regulamento e de nome, de "Instituto de Investigação Médica de Moçambique" para "Instituto Provincial de Saúde Pública" em 1970 (conforme citamos acima), e deste último para Instituto Nacional de Saúde Pública, em 1974, ainda residem alguns hiatos no que diz respeito a mudança de designação de "Instituto Nacional de Saúde Pública" para "Instituto Nacional de Saúde" ou supressão da palavra "Pública".

Em 1975 funcionavam em Moçambique os programas verticais dos institutos anteriormente mencionados, que consistiam na campanha de erradicação da malária, luta contra tripanossomíase e schistosomiase. No entanto, o INS embora sem expressão, funcionava dentro destes programas e era essencialmente constituído pelos laboratórios⁶ de Malária, Parasitologia e de tripanossomiase ⁷.



imagem ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

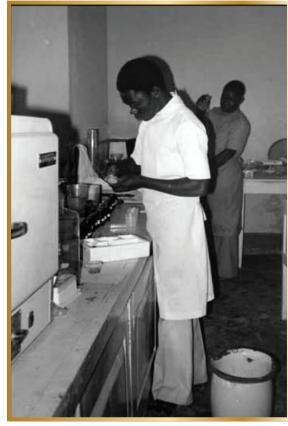


Imagem ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

O INS se constituiu com a integração dos laboratórios de Malária e Parasitalogia que estava localizados entre o 2° e o 3° andar do edifício do MISAU, no mesmo endereço dos institutos anteriores. Durante os primeiros anos, o INS tinha como objectivo principal a manutenção dos laboratórios acima referidos, que constituíam o núcleo de investigação sobre doenças endémicas em Moçambique (Cabral, I.2013).

Entre 1976 e 1977 o INS esteve envolvido em trabalhos de mapeamento da prevalência da malária. Nesse contexto, técnicos do INS eram distribuídos pelos bairros periféricos de Maputo e pelo regadio de Limpopo para fazerem pulverizações e procediam com a análise das parasitémias nesses locais. Devido a escassez de recursos humanos⁸ e materiais nos hospitais do país, o INS viu se igualmente na obrigação de analisar algumas lâminas o diagnóstico de malária ⁹.

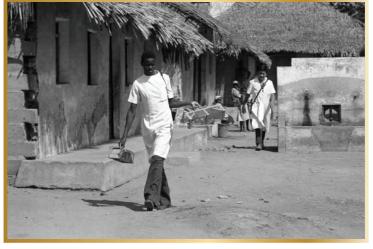
O INS fazia igualmente os estudos ligados a tripanossomíase. Para o efeito desenvolveu um biotério no qual eram criados ratos para testagem de fármacos para a tripanossomíase. Assim, com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e no contexto do programa Tropical Disease Research (TDR), o INS contou com a ajuda do Doutor Luís Rey durante três anos no sector das parasitoses. As mutações características do parasita da tripanossomíase criaram condições para que entre finais da década 1979 e 1982 fosse criado o laboratório de Imunologia 10

O INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE NA DÉCADA DE 80: OS PRIMEIROS PASSOS

Nos anos 1980, o INS deixa de fazer parte da Direcção Nacional de Medicina Preventiva, passando desta forma a responder directamente ao Ministro de Saúde.

Neste peíodo, o INS tinha como objectivo suportar o MISAU nos diferentes programas bem como formar o pessoal para atingir tais objectivos.

A instituição recém criada em alguns casos acumulava funções de investigação e de implementação de programas. Todavia, as áreas fortes do instituto eram a malária, devido à persistência das acções de luta antivectorial e a schistosomiase (Schwalbach. J. 2013). ¹¹



imagens ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

Em 1983 foram realizados estudos de tecnologias com vista a combater a malária e schistosomiase.

Nesse contexto, Luís Rey trouxe a ideia de uso da castanha de caju para o combate da bilharziose 12.

No mesmo ano foi realizado um trabalho de campo na Ilha de Moçambique, com vista a estudar o perfil sanitário da ilha¹³.

Na mesma senda, a partir de 1983, o INS passou a ter a responsabilidade de editar a "Revista Médica de Moçambique" (RMM), que anteriormente era editada pelo MISAU (Schwalbach. J. 2013) ¹⁴.

No ano seguinte foi reportado o primeiro caso de malária resistente à cloroquina no País e houve necessidade de um redireccionamento das actividades na área da malária com objectivo de fazer face ao problema (Franco, et all., 1984).

Nesse âmbito, entre os anos 1984/85 o sector da malária recebeu alguns médicos e especialistas em Pulverização Intra Domiciliar ¹⁵, que de certa forma reforçaram o sector da malária (Schwalbach. J. 2013).



Revista Médica de Moçambique (INS, 1987)

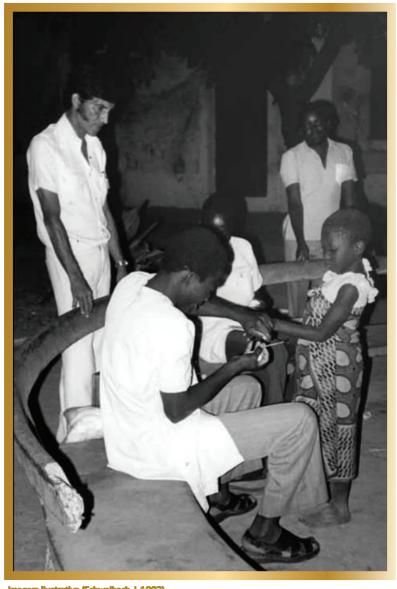


Imagem Ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

Em 1986 foi notificado o primeiro caso de infecção pelo HIV em Moçambique (Manuel, S:2011). Em 1987 no quadro do programa de controle do HIV-SIDA, foi reforçado o Laboratório de Imunologia e criou-se um núcleo de vigilância epidemiológica para o HIV-SIDA (Cabral, J. 2013).

A partir de então, o INS assumiu papel de pesquisa e implementação de controlo e definição de políticas.



imagem ilustrativa (Schwalbach, J. 1983)

DOS FINAIS DA DÉCADA 80 AO ANO 2000: PERÍODO DE EDIFICAÇÃO

Neste período o INS teve que enfrentar vários desafios Neste período, foi criado o Conselho Técnico Científico pelo que, considera-se que foi uma época de restru- (CTC)¹⁶ como um órgão de assessoria à direcção do INS e turação do papel do INS e reforço dos recursos humanos. igualmente usado como um fórum de debate dos protoco-No final dos anos 80 e princípio de 90, embora o foco das los e alguns resultados de pesquisa desenvolvida na suas actividades fosse a malária, o INS notabilizou-se em instituição. Igualmente, iniciou-se com as Reuniões Anuais estudos sobre a Hepatite B e o diagnóstico dos primeiros cujo objectivo era de realização de balanço das activicasos de HIV no país (Thompson, 2018).

dades desenvolvidas durante o ano assim como preparação do ano seguinte (Magaia, 2018).



Imagem Ilustrativa, Reunião Anual (INS, 1992)

A busca pelas instalações próprias e a transformação do INS "num verdadeiro instituto de saúde pública", evidenciou-se como uma das grandes lutas do princípio dos anos $1990^{\,17}$.

Embora o papel do INS fosse o desenvolvimento de pesquisas na área de saúde, a instituição sempre teve um défice de recursos humanos, materiais e de infraestruturas para o cumprimento da sua missão. Desde a sua criação até a década de 90, o INS apenas funcionava com um técnico na carreira de investigador ¹⁸. O número de técnicos com o nível de mestrado era muito baixo e não havia nenhum doutorado na instituição, facto que fazia com que a maior parte dos investigadores fossem estrangeiros (Thompson, 2018).

Por outro lado, os recursos financeiros destinados para a investigação eram escassos, havia "imposição" na definição de linhas de pesquisa, bem como a partilha dos resultados de pesquisa era fraca ¹⁹.

Como forma de colmatar a fraca divulgação dos resultados de pesquisa em saúde realizada no país foi iniciada a publicação trimestral da Revista Médica de Moçambique (RMM). Esta revista publicava artigos sobre investigação de estudos realizados sobre Moçambique. Para a avaliação crítica dos artigos no mesmo contexto, foi criado um Comité Editorial envolvendo investigadores de outras instituições de investigação internacional (Vaz, R. Gama. 2017).

Em 1992 a Secção de Malária foi retirada do INS e foi colocada na Direcção Nacional de Saúde. Este sector foi transformado em Departamento de Parasitologia de Sangue com funções exclusivas de investigação e serviços. Durante este período o INS continuava a funcionar com a estrutura anterior e tentava ganhar credibilidade dentro do MISAU (Thompson, R. 2018).

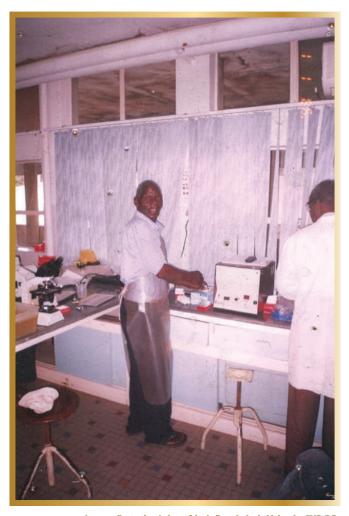


imagem ilustrativa. Laboratório de Parasitologia Molecular (INS, Sd)

Não obstante os constrangimentos atravessados, a década de 90 foi um dos períodos da existência do INS em que iniciaram os sinais de construção do INS como uma instituição de pesquisa em saúde.

Foi criada a unidade de Investigação em Sistemas de Saúde no âmbito da estrutura funcional do INS para apoio técnico a área de investigação.

No mesmo contexto, foram institucionalizados os cursos de metodologia de investigação ²⁰, o que permitiu que mais profissionais fossem capacitados ²¹ para desenvolverem protocolos de investigação, realização dos estudos e publicação dos resultados (Vaz, R. Gama. 2017).

Em 1997 constituiu-se o centro de investigação de saúde da Manhiça ²² . No mesmo ano estabeleceu-se uma parceria com uma instituição colombiana de pesquisa na área da malária , onde técnicos do INS tiveram a oportunidade de formação na Colômbia a luz desse processo. Igualmente, desenvolveram-se vários estudos na área da malária²³, tripanossomíase e parasitologia.



Imagem Ilustrativa, Jornadas Nacionals (INS, 2015)

O grande desafio deste período foi a falta de recursos financeiros, pouca capacidade técnica científica, com grandes necessidades de investimento na formação. Por outro lado, vários pesquisadores não estavam na carreira de pesquisador. No entanto, havia na altura um grande interesse em procurar financiamento fora da instituição ²⁴.

DOS ANOS 2000 ATÉ A ACTUALIDADE: PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA UM INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA ABRANGENTE

No início da década 2000, o INS continuou com os moldes de funcionamento do período anterior.

Todavia, foi neste período em que a instituição iniciou a sua consolidação como uma instituição de saúde pública abrangente em Moçambique. Em 2001 foi criada a posição de director científico ao nível do INS, cuja missão era de garantir o suporte técnico-científico ao director geral do INS (Thompson, 2018).



Projecto de Construção do Edifício Sede do INS (2014)



imagem ilustrativa. Lançamento da pedra da construção do Edifício Sede do INS (INS, 2014)

Em 2004 foi aprovado e divulgado o primeiro Estatuto Orgânico da instituição, segundo o qual o INS é um instituição subordinada ao Ministério da Saúde (MISAU), que dentre várias atribuições devia coordenar a elaboração e adopção da Agenda Nacional de Pesquisa bem como realizar investigação em saúde para solucionar os problemas de saúde pública em Moçambique (Estatuto Orgânico, 2004).

Dois anos mais tarde, em 2006, o INS foi convidado a fazer parte da International Association of National Public Health Institutes (IANPHI). A adesão a este organismo criou condições para a elaboração do Plano Estratégico do INS e o projecto de construção de edifício próprio ²⁵ dando desta forma um impulso para a definição do papel e estrutura do INS ²⁶.

Este período, tal como nos períodos anteriores, foi marcado pelo défice de recursos, tanto financeiros assim como humanos, facto que pode ter limitado a acção do INS como uma instituição de pesquisa ²⁷ .

Em 2010 foi aprovado o primeiro Plano Estratégico (2010-2014) do INS²⁸. Isto permitiu a criação de um instituto de saúde pública cuja missão é de produzir evidências para apoiar na formulação das políticas de saúde em Moçambique. Na mesma senda foram criadas as condições para o desenvolvimento de recursos humanos através da introdução de cursos de mestrados no INS (Mestrados em cieências de saúde e mestrado em sistemas de saúde) e pelo acesso de alguns colegas aos cursos de doutoramento (Mbofana, 2018). Foi igualmente iniciado o processo de reestruturação do organograma funcional da instituição²⁹.

Foi massificada a discussão de temas científicos e de protocolos/resultados de estudos, como parte integrante do desenvolvimento de recuros humanos. Foi igualmente redimensionado o funcionamemto do CTC e criado o comité institucional de bioética para a saúde, facto que impulsionou a realização de pesquisa, em particular em sistemas de saúde.

A realização do Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA) em 2009 constituiu um dos marcos mais importantes deste período pois, foi o primeiro inquérito de género a ser realizado na instituição e no país (Mbofana, 2018).

Assim, os primeiros cinco anos (2010-2014) da nova administração do INS foram essencialmente marcados pela implementação do Plano Estratégico que forçava sobretudo a transição de uma estrutura de funcionamento vertical clássica para uma estrutura matricial de modo a oferecer maior dinâmica institucional. Neste período, foi iniciada a consolidação das actividades em torno de Macro- projectos técnico-cientificos assim como a operacionalização dos laboratórios

como plataformas tecnológicas compartilhadas.

A intenção era de reduzir os custos de investimento e manutenção, bem como maximizar as sinergias das competências disponíveis (INS,2012).

Neste período registou-se um fortalecimento da instituição, houve a estruturação do sistema de ciência e tecnologia em Saúde, e várias actividades de carácter estratégicos para o País foram desenvolvidas ³⁰.



Imagem ilustrativa, Conferência da Tuberculose (INS, 2017)

Das várias actividades do período, destacou-se o lançamento da primeira pedra para a construção do edifício sede do INS (2014), a aprovação da estratégia científica 2016-2025 como um documento orientador das actividades da instituição. Foi igualmente aprovada a primeira Agenda Nacional de Pesquisa, expandidos os Núcleos Provinciais de Pesquisa para todas as Províncias do país bem como acreditados os Laboratórios de Tuberculose, Imunologia Celular e Parasitologia pela norma ISO 15189 (Samo Gudo, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da memória institucional do INS através da história seja oral ou escrita, é uma proposta de manutenção e fortalecimento da vida da instituição. O INS, como a maior parte das instituições públicas em Moçambique, possuem memórias das diferentes conjunturas da história do país. Tendo sido criado na década 1950, mesmo com as metamorfoses sofridas com o tempo, pode-se considerar que o INS foi a primeira instituição de pesquisa em saúde a surgir em Moçambique e que até o principio dos anos 1960 já tinha uma proposta de "projecto de construção" e orçamento ambicioso para a construção das instalações próprias.

O período pós indepedência (concretamente de 1975 aos anos 1990) foi o mais desafiador para a instituição. Foi notável a falta de recursos humanos qualificados, materiais e financeiros como consequência da conjuntura politica e sócio-económica em que o país atravessava. No final dos anos 1990 verificou-se uma abertura que permitiu que alguns jovens com interesse em pesquisa fossem formados no estrangeiro. Tal abertura criou condições para a melhoraria das capacidades dos recursos humanos da instituição.

É importante referir que o INS ainda encontra-se numa fase de edificação mas mostra uma grande distinção e desenvolvimento em relação ao início da sua criação, bem como das primeiras décadas após a independência de Moçambique.

Com este documento, espera-se que não apenas seja resgatado o passado da instituição, como também possa fornecer elementos que permitem a compreensão das diferenças e o reconhecimento dos limites de cada período, criando desta forma, melhores condições de construir o presente e planificar o futuro.

NOTAS

- ¹ O mesmo decreto criou o Instituto de Investigação Médica de Angola, que tinha um funcionamento paralelo com o de Moçambique. Tal como o de Moçambique, IIM de angola foi regulamentado pelo decreto nº 41536 de 3 de Fevereiro de 1958 e estava sob a tutela do Instituto Higiene e Medicina Tropical de Lisboa.
- ² Instituto de Investigação Médica, localizava-se na actual faculdade de arquictetura da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Mais tarde, este Instituto passou para o Hospital da Universidade. O primeiro Director deste Instituto foi o professor António Ruas (Martins, 2017).
- ³ O IPSP de Angola assim como de Moçambique, eram subordinados aos governos-gerais das respectivas províncias ultramarinas e recebiam apoio e orientação técnica do conselho coordenador de saúde pública e da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical cf. o decreto-Lei nº 509/70 de 29 de Outubro. O IIMM era dirigido por Luís Tomas de Almeida Franco coadjuvado por António Francisco de Carvalho Barroco Ruas. cf. Informação do Director do IPSP para o Secretário Provincial, 29 de Janeiro de 1973.
- ⁴ O quarto andar do edifício do Ministério foi construído especialmente para o Instituto Provincial de Saúde Publica no tempo colonial e só foi inaugurado no governo de transição (Martins, 2017).
- 5 (...) Quem esteve a assegurar os fios dos laboratórios que constituíam o Instituto Nacional de Saúde era o doutor Luís Tomas de Almeida Franco, que depois ficou com o programa da malária, na altura em que eu depois assumi a direcção do instituto, mas digamos que foi ele que manteve a funcionar durante um ano e meio, dois anos, os laboratórios que sobravam e as actividades que sobravam daquilo que a gente na altura chamava o instituto" (Cabral, J.2017).
- 6 Almeida Franco foi um epidemiologista afeto ao então IPSP e posteriormente nomeado Director do INSP.
- ⁷ De acordo com Jorge Cabral, Luís Almeida Franco controlava e assessorava os três laboratórios.
- ⁸ "(...) Mandavam lâminas de malárias para aqui que era o sítio onde havia um laboratório com gente muito, aquilo que se devia dizer que eram técnicos muito experientes, na altura não haviam teste rápidos, diagnóstico de malária era paciência de 30 minutos com a lâmina a frente, 25 campos a procura das cruzinhas, a dizer quantos plasmódios estão aqui, é uma cruz, duas, três, quatro, qual é o plasmódio, mas no fundo eu penso que a palavra-chave é sobrevivência". Imagine que varias unidades sanitárias aqui da Cidade de Maputo" (Cabral, 2017).

- ⁹ Tivemos aqui um dos melhores parasitologistas do mundo da altura e portanto ele próprio estava muito envolvido na área das parasitoses, ...o sector das tripanossomíases nessa altura acabou por gerar um interesse de num novo laboratório que foi o de imunologia... as preocupações a volta do tripanossomas levaram-nos a dizer que temos de estudar melhor a imunologia, então abriu-se dentro desse projecto da OMS com a presença de Luís Rey..." (Cabral, J.2017).
- Agora, não era ter um instituto com laboratórios porque a gente não tinha nem dinheiro nem pessoas para lá pôr a trabalhar no laboratório. Este tal instituto era uma ficção mas era preciso não deixar morrer a ideia" (Martins, 2017).
- ¹¹ Sobre o uso da castanha de caju para combater a bilharziose, foi realizado um estudo cujo seu artigo foi publicado na RMM em 1984, vol2 n°1. O mesmo estudo já havia sido feito pela Organização Mundial da Saúde em 1980.
- ¹² O trabalho resultou na publicação de um livro intitulado lha de Moçambique: Contribuição para um Perfil Sanitário. Cf.: www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB021.pdf.
- ¹³ O primeiro número da Revista Médica de Moçambique foi lançado em 1982 e foi editado pelo MISAU. Esta revista visava dinamizar a investigação em saúde e foi considerado um instrumento de divulgação da realidade sanitária do país (RMM, 1982, p.1). Esta revista é a continuação da Revista de Ciências Médicas que no tempo do IIMM era editada pelo IIU, em Lisboa.
- ¹⁴ Foi no mesmo contexto que chegou o Dr. Allan Schapira e Vassily deixar morrer a ideia" (Martins, 2017).
- ¹⁵ Entre os finais de 2013 e princípio de 2014 os trabalhos de pesquisa passaram a ser apresentados exclusivamente nas Sessões Científicas, eventos que até actualmente (2017) são apresentados nos intervalos de 7 a 15 dias, durante as 5° feiras.
- ¹⁶ (...) O desafío durante o seu mandato que me lembro foi de edificação de instalações para o INS, depois de frustrada a ocupação do edifício da antiga maternidade indígena do HCM, ... depois do mandato conseguiu apenas transferir o Laboratório de Imunologia para o recinto do HCM" (Magaia, 2017).
- ¹⁷ No então Instituto Provincial de Saúde Pública (IPSP), também houve escassez de quadros na carreira de investigador. Havia apenas um técnico na carreira de investigador, o Dr. António Franco, que por sinal era o diretor do IPSP.

- ¹⁸ "(...) Apesar da investigação em saúde ter sido sempre considerada uma actividade importante, esta não era vista como um instrumento para a formulação de estratégias nacionais, definição de prioridades de intervenção e avaliação de impacto das mesmas"... Mesmo com a existência de uma linha orçamental para apoio ao funcionamento do INS, praticamente era inexistente o orçamento para a realização de trabalhos de investigação. Este facto, fez com que as linhas de investigação fossem muitas vezes definidas pelas Instituições de investigação internacional que garantiam financiamento para os trabalhos de investigação. Por outro lado, os resultados de investigação não eram suficientemente divulgados a nível nacional " (Vaz, R. Gama. 2017).
- ¹⁹ O INS passou a coordenar a capacitação de quadros nacionais para os 5 PALOPs da região Africana da OMS. Nesse sentido, vários cursos foram ministrados sobre metodologia de investigação em saúde, análise de dados e publicação dos resultados, com apoio financeiro da OMS e envolvimento técnico de quadros da Faculdade de Medicina da UEM com apoio logistico do Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário (CRDS).
- ²⁰ Cursos sobre metodologia de investigação foram realizados em algumas províncias do país em coordenação com as respectivas Direcções Provinciais de Saúde. Cursos similares foram realizados pelo INS em São Tomé e Príncipe e em Angola para capacitação de quadros nacionais de saúde a pedido dos respectivos Ministérios da Saúde e os Metodologia de investigação científica passou a fazer parte integrante dos curricula dos estudantes da Faculdade de Medicina da ÚEM no âmbito da cadeira de epidemiologia, com apoio técnico dos quadros do INS.
- ²¹ "(...) Nessa altura o centro estava dentro da estrutura orgânica do Instituto Nacional de Saúde, eles participavam dos conselhos técnicos, dos colectivos. Geriam de forma autónoma o financiamento. No entanto, com a criação da fundação Manhiça o seu respectivo centro tornou-se independente do INS..." (Dgedge, 2017).
- ²² Esta parceria foi feita depois da participação do doutor Patarroyo, pesquisador colombiano, nas décimas jornadas de saúde organizadas pelo INS e Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane.
- ²³ " (...) a questão de atracão de investimento para a pesquisa também era uma das preocupações na altura e também privilegiámos muitos intercâmbios internacionais e visita de investigadores para o instituto, recebemos várias entidades internacionais que visitaram o instituto nacional de saúde nessa altura, nas várias áreas, na área da malária, portanto tivemos um grande projecto na área da malária apesar de ser instituto, na área de imunologia, na área de sistemas de saúde..." (Dgedge, 2017).
- ²⁴ Em 1969, através do Despacho 3/69 foi iniciado um estudo tendente a construção das instalações próprias do Instituto Provincial de Saúde pública (que atualmente é o INS) num orçamento de 337, 656 Contos.
- ²⁵ " (...) Foi também nessa altura que se verificou a adesão do INS à IANPHI, o que impulsionou marcadamente a redefinição do papel e estrutura do INS, e com isso se abriram perspectivas para maior apoio de parceiros bilaterais e multilaterais. Esta associação, à semelhança do que fez em vários outros países, apoiou marcadamente o processo de afirmação do papel do INS como instituto nacional de saúde pública" (Thompson, 2018).

23

²⁶ "O INS naquela altura fazia pesquisa relevante para a resolução de problemas de saúde a nível do país e cumpria algumas das funções de referência laboratorial para várias doenças (...) o desafio fundamental foi promover a transição do INS para um verdadeiro instituto nacional de saúde pública, especialmente num contexto de extrema exiguidade de recursos financeiros, humanos e materiais (...) Muitas das funções do INS estavam a ser exercidas por outras Direcções e por essa via os recursos eram também canalizados para elas. (Thompson 2018) ".

²⁷ A elaboração do Plano Estratégico iniciou em 2008 e contou com o apoio da Fiocruz e da Associação Internacional dos Institutos de Saúde Pública (IANPHI).

²⁸ "(...) Logo no início do meu mandato, decidimos realizar um exercício de planificação estratégica que culminou com um reajustamento da Missão institucional e com o alinhamento das acções do INS de acordo com as funções essenciais de saúde pública. Assim, desde 2010 ficaram institucionalizadas no INS actividades de investigação, de vigilância, de referência laboratorial, de ensino, e de informação e comunicação...(Jani, 2018)"

²⁹ "A aprovação de uma nova matriz legal para o INS, nomeadamente o decreto de redefinição da natureza, atribuições e competências do INS e o estatuto orgânico do INS, a adopção sistemática da planificação estratégica para definir o rumo da instituição, através do plano estratégico 2010-2014/2015 e da estratégia científica 2016-2025, O recrutamento e treino pós-graduado, incluindo internamente no INS, de mais de uma centena de jovens moçambicanos para seguirem uma carreira em ciência e tecnologia em Saúde;a construção do novo edifício sede do INS em Marracuene; a aprovação da primeira Agenda Nacional de Pesquisa em Saúde; O estabelecimento de núcleos provinciais de pesquisa em todas as províncias do País, a consolidação da actividades técnico-científicas nos centros de investigação do INS"(Jani, 2018).

BIBLIOGRAFIA

Livros

ARAUJO, Nelma Camêlo, GOMES, Sandra Maria Maia. A Memória Institucional e a Produção Científica do Arquivista no Cenário Nacional, In: ÁGORA, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 39-57, 2011.

BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. Costa, I. Memoria institucional: construção conceitual numa abordagem teorico-metodologica, 1997.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MANUEL, S. Políticas de HIV-SIDA e dinâmicas socio-culturais em Moçambique. 2011. P3.PORTUGAL. Síntese Monográfica de Moçambique, 1971.

RUEDA, Valéria Matias da Silva. Memória Institucional: uma revisão de literatura. CRB-8 Digital, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. In: http://revista.crb8.org.br. Acesso: 20 de Jul 2012.

ZIMBA, H. Quadro da província. Instituto Nacional de Estatística. 2010:p82.

Relatórios

Instituto Nacional de Saúde. Relatório de Actividades, 2010-2012. Instituto Nacional de Saúde. Relatório de Actividades, 2013-2015. Instituto Nacional de Saúde. Relatório de Actividades, 1997

Referências Legislativas

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Estatuto orgânico, 1989.

MOÇAMBIQUE. Decreto -Lei nº 509/70 de 29 de Outubro.

MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei nº 17/74 de 21 de Novembro.

MOÇAMBIQUE. Decreto-lei n°29/74 de 19 de Dezembro.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial nº 19/91 de 27 de Fevereiro de 1991.

MOÇAMBIQUE. Portaria nº 41/75 de 30 de Agosto.

MOÇAMBIQUE. Portaria nº 60/75 de 15 de Fevereiro.

POŔTUGAL. Boletim geral do ultramar. N°393, vol. XXXIV. 1958.

Artigos e Revistas

Ana, A. Fontes históricas documentais e os estudos sobre o trabalho e a educação. Sd.

César, M. As cartas revelam - Analisando o oitocentos através da Correspondência.

Franco, L. et all. A existência em Moçambique de malária resistente à cloroquina. In: Revista Médica de Moçambique. Maputo: MISAU, vol2. 1984. Presenca de Portugal em África, 1966.

Revista Médica de Moçambique. Maputo: MISAU, nº1. vol2. 1982.

Rueda, V. Memória Institucional: Uma revisão de literatura, 2010.

SERRA, I. Rotas do Paludismo. Lisboa:RIHECOB, 2003.

Correspondências

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Proposta de acordo entre o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e o Grup per Recerca Epidemiológica I Salut Internacional da fundação privada clínica per a la Reserca Biomédica de Barcelona, 1994. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Documento sobre instituições de investigação no Brasil, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Acta da reunião do conselho consultivo, 1993.

Protocolo de colaboração entre o Instituto de Higiene e Medicina tropical (Portugal) e o Instituto Nacional de Saúde (Moçambique), 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Acta da reunião do conselho consultivo, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Acta da reunião do conselho consultivo, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Síntese nº ct/88, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Convocatória, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE. Proposta a submeter ao governo da república de Moçambique pela rede de instituições de pesquisa e ensino superior no âmbito de fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, 1994. INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL. Protocolo de colaboração entre o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e o INS. Informação do Director do IPSP (L.T. A. Franco) para o Secretário Provincial, 29 de Janeiro de 1973.

Entrevistas

SCHWALBACH, João. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 03 de Novembro de 2017.

DGEDGE, Martinho. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 28 de Setembro de 2017.

CABRAL, Jorge. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 19 de Setembro de 2017.

VAZ, Rui Gama. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 31 de Outubro de 2017.

MARTINS, Hélder. Entrevista concedida à llesh Jani, 06 de Junho de 2017.

|ANI, Ilesh. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 03 de Janeiro de 2018.

THOMPSON, Ricardo. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 19 de Janeiro de 2018.

MAGAIA, Laurinda. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 22 de Março de 2018.

MBOFANA, Francisco. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 03 de Maio de 2018.

SAMO GUDO, Eduardo. Entrevista concedida à Jacinto Nhancale, 14 de Maio dfe 2018.

APÊNDICE A- A memória: um debate

A memória processa-se com o armazenamento das lembranças, as evocações das informações obtidas por meio de vivências. Isto significa que a evocação é também chamada recordação, lembrança, recuperação. Há que se considerar, para a memória, o valor da preservação (retenção), da lembrança (ou recuperação) e do esquecimento (Araújo e Gomes, 2011, p.41). Na década de 1980 na França, são criados os Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho. Subordinados ao Arquivo Nacional da França foram colectados arquivos privados com objectivos culturais e científicos visando "[...] a conservação definitiva da memória pertinente à empresa e sindicatos" (Goulart, 2002, apud Fontanelli, 2005, p.80). A década de 1970 testemunhou ao início de um movimento de valorização da Memória Institucional (Marques apud Rueda et al, 2011), que vem se consolidando com a utilização das novas tecnologias em empresas, instituições e organizações.

Por exemplo, no Brasil, há mais de vinte anos, muitas instituições começaram a criar sector específico para a preservação da Memória Institucional. Esta mudança de comportamento deveu-se à própria alteração ou dilatação dos objectos da História, pois os historiadores passaram a valorizar a pluralidade de fontes documentais. Esta riqueza, resultado da evolução ou metamorfose da historiografia mundial, provocou alterações nas "instituições-memória".

Bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação e os centros de memória, tornaram-se locais de preservação das memórias do homem, por meio de informações registadas em diferentes suportes, desde um ofício até o depoimento oral de um trabalhador (Fontanelli, 2005, p.13). Neste contexto, Bellotto (1991) entende que " A informação administrativa contida, enquanto validade jurídico-funcional, nos arquivos correntes e, posteriormente, como testemunho em fase intermediária ou como fonte histórica custodiada nos arquivos permanentes, não se restringe a si mesma. [...] Trata-se de algo em que vai muito além do próprio conteúdo do documento. [...] Estes conjuntos de dados constituem a memória" (Bellotto, 1991, p.183).

APÊNDICE B- Cronologia dos Directores do INS, de 1975 até 2018

Directores Gerais

1975 à 1977: Almeida Franco

1977 à 1983: Jorge Cabral

1983 à 1989: João Schwalbach

1989 à 1992: Jorge Barreto

1992 à 1997: Rui Gama Vaz

1997 à 2000: Martinho Dgedge

2000 à 2001: Adelaide Bela Agostinho

2001 à 2009: João Fumane

2009 à actulidade: llesh Jani

Directores Científicos

2001 à 2008: Ricardo Thompson

2009 à 2014: Franciso Mbofana

2014 à actulidade: Eduardo Samo Gudo

Directores Administrativos

2009 à actualidade: Fátima Mecupa

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Instituto Nacional de Saúde www.ins.gov.mz

Autores

Jacinto Nhancale e António Junior

Revisão

llesh Jani (Director Geral do Instituto Nacional de Saúde)

Desenho gráfico e Maquetização

Herminio Cossa Júnior

Fotos

Instituto Nacional de Saúde

